Follow-Up EMPRESARIAL
CIEAM
CENTRO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO AMAZONAS

EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

Mais Brasília e menos Brasil?

"O que mais pretende a política fiscal do ministério da economia? Será que a agenda oculta – como denunciou o tributarista Everardo Maciel – é desconstruir um edifício socioeconômico e ambiental erguido a duras penas por trabalhadores e investidores que levam adiante o programa Zona Franca de Manaus? Quer queiram ou não, vamos insistir em acreditar que esta região faz parte do Brasil, mesmo que a maior parte das medidas nos mostrem exatamente o contrário."
Por Wilson Périco(*)

Os ataques desferidos contra a economia do Amazonas confirmam a obsessão inexplicável do ministério da Economia contra os interesses da população. Desde quando expandir acertos virou motivo de retaliação? De acordo com dados consolidados pela Fundação Getúlio Vargas, o programa ZFM, seus impactos, efetividade e oportunidade – o melhor acerto fiscal da história da república – são justos e elogiáveis considerando o retorno oferecido aos contribuintes e aos cofres federais.

Pra cada R$1,00 que as empresas aqui instaladas utilizam, como compensação fiscal de seus empreendimentos, pelo menos R$1,3, é devolvido ao contribuinte. Nenhuma configuração fiscal, de atração de investidores para reduzir as inaceitáveis diferenças entre o Norte e o Sul do Brasil, produz tão bons resultados. Mais do que isso: as empresas instaladas no polo industrial da Zona Franca de Manaus, são aquelas que mais contribuem entre as plantas industriais do Brasil para o fortalecimento da atividade socioeconômica regional. Nem por isso, o ministro da economia – para quem foram apresentados estes estudos – não cessa de investir contra este efetivo acerto fiscal que completa 55 anos no dia 28 de fevereiro próximo. O compromisso não é mais Brasil e menos Brasília?

O risco que "corre o pau, corre o Machado", diz a sabedoria popular. Tantos ataques assim – para resolver gargalos de arrecadação com vista a equacionar conflitos estruturais que não dizem respeito aos interesses de nossa gente – injusto e imoral. Pior do que isso: essas medidas tomadas unilateralmente, põe em risco a permanência dos investidores em nossa região. Como manter a serenidade no processo de administração neste manicômio fiscal chamado Brasil, se países do próprio continente estão ávidos a acolher as empresas que são surpreendidas como muita frequência por essa conduta predatória? Aqui vieram os investidores mediante vantagens fiscais objetivas.

Mudar as regras da partida depois que o jogo já começou não é ético, muito menos justo. A falta de bra dos acordos jurídicos previamente firmados, e a injustiça se materializa na remoção das oportunidades de emprego num país que não sabe o que fazer com as mazelas representadas por 13 milhões de desempregados. Somadas as contribuições tributárias para a União e para o estado do Amazonas, as empresas incentivadas pelas Superintendência da Zona Franca de Manaus, recolhem anualmente a bagatela de R$25 bi entre impostos, taxas e contribuições para o desenvolvimento regional.

Segundo estimativas da FGV, cálculos em estado final de elaboração, as empresas incentivadas da ZFM vão ultrapassar a barreira de R$20 bi de recolhimento aos cofres da União , somente de tributos para as seguintes siglas: IPI, IRPF, IPPJ, PIS, COFINS, CSLL, IOF... já não basta isso? É aceitável que Manaus, apenas Manaus, responda por mais de 50% de todos esses impostos federais cobrados da região Norte? Que vantagem nossa gente leva se, no apurado final, apenas 25% de toda riqueza aqui produzida é aqui aplicada ? Tributar ainda mais, ou cortar as compensações fiscais que as empresas usufruem, dá no mesmo.

O que mais pretende a política fiscal do ministério da economia? Será que a agenda oculta – como denunciou o tributarista Everardo Maciel – é desconstruir um edifício socioeconômico e ambiental erguido a duras penas por trabalhadores e investidores que levam adiante o programa Zona Franca de Manaus? Quer queiram ou não, vamos insistir em acreditar que esta região faz parte do Brasil, mesmo que a maior parte das medidas nos mostrem exatamente o contrário. O caminho mais inteligente, coerente com as promessas de um país mais próspero, não podemos esquecer, é a geração de emprego, cada vez mais empregos, o apelo dramático do cidadão! É é isso que chamamos de mais Brasil!!!

(*) Wilson é economista, empresário e presidente do CIEAM Centro da Industria do Estado do Amazonas.

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Governador Wilson Lima inaugura primeiro posto da Jucea no município de Itacoatiara

Descentralizando a economia

O governador Wilson Lima inaugurou, nesta quinta-feira (3), uma unidade da Jucea (Junta Comercial do Estado do Amazonas) no município de Itacoatiara (a 176 quilômetros de Manaus). Esse é o primeiro posto de atendimento da autarquia no interior do Estado. A inauguração faz parte do projeto de descentralização dos serviços da Jucea.

"A Jucea é importante para que pequenos empreendedores possam se formalizar, possam tirar o seu CNPJ e, a partir daí, ter condições de ir ao banco, por exemplo, para poder fazer um empréstimo, poder ter relações comerciais com outras empresas no Estado, no Brasil e inclusive também no exterior", disse o governador.

No primeiro dia de funcionamento do posto, empresários já buscaram o serviço para se regularizarem. "Somos gratos por mais esse avanço que a Jucea dá em favor do empresário e da economia do estado. O posto da Jucea vai nos ajudar nas dúvidas do dia a dia", disse o empresário Adanex Costa.

O posto de atendimento ao usuário, localizado nas dependências do PAC (Pronto Atendimento ao Cidadão) de Itacoatiara, na avenida Parque, nº 762, sala 5, Centro, é fruto de parceria da Jucea com a Sejusc (Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania) e a Prefeitura de Itacoatiara, e vai funcionar das 8h às 14h.

No primeiro dia de funcionamento do posto, empresários já buscaram o serviço para se regularizarem

O presidente da Associação Comercial do Amazonas, Jorge Lima, a vice-presidente da Jucea, Jacqueline Alfaia, o deputado estadual Cabo Maciel e secretários de Estado participaram da inauguração do posto.

"O polo de Itacoatiara será responsável em prestar assistência em trâmites de abertura, alteração e extinção de empresas dos municípios localizados no baixo Solimões: São Sebastião do Uatumã, Urucará, Urucurituba, Itapiranga e Silves, garantindo comodidade aos empresários dessas regiões", disse Jacqueline Alfaia ao destacar que o posto vai agilizar trâmites no processo do registro mercantil para empreendedores dos municípios, principalmente em situações que não forem solucionadas nos canais online da Jucea.

Unidade também é a primeira da autarquia no interior

Descentralização

O posto de Itacoatiara faz parte do projeto da Junta Comercial que tem como objetivo implantar 16 núcleos de Atendimento Avançado do órgão nos polos que possuem maior representatividade populacional, abrangendo os 62 municípios do interior do Amazonas.

Nas próximas semanas, receberão postos de atendimento da Junta Comercial os municípios de Manacapuru e Parintins.

Capital

O projeto de descentralização dos serviços da Jucea teve início em Manaus, com a inauguração de três postos de atendimento localizados nas zonas Oeste, Norte e Leste da capital.

Prefeito David Almeida determina construção de três novas UBSs

Os avanços na cobertura da Atenção Básica oferecida à População foram reforçados, nesta quinta-feira (3), pelo prefeito de Manaus, David Almeida (Avante), com a assinatura da ordem de serviço para a construção de três novas UBSs (Unidades Básicas de Saúde), de porte 4, no conjunto Viver Melhor 3, Lago Azul, e nos Bairros Novo Aleixo e Cidade de Deus, todos na zona Norte.

As novas unidades são as primeiras de dez UBSs planejadas para serem construídas pela gestão municipal em 2022, para que Manaus siga como a cidade brasileira com a melhor cobertura básica de saúde nos índices do "Previne Brasil", modelo do Ministério da Saúde, que avalia o desempenho e a qualidade dos serviços oferecidos aos usuários, para fins de financiamento das ações de saúde.

"Temos os recursos para construir dez unidades e já estamos dando a ordem de serviço em três, porque estamos buscando novos terrenos para construir as demais. Então, se com essa equipe que temos da Semsa (Secretaria Municipal de Saúde), com a estrutura que temos que é deficitária, nós já alcançamos o primeiro lugar em qualidade, quando nós estivermos com as nossas UBSs de porte 4, todas elas instaladas, com os servidores aprovados no concurso público já atuando, vamos conseguir ampliar esse atendimento. Nós, que já somos a melhor saúde básica do Brasil, em apenas um ano, queremos manter e ampliar com todos esses serviços. A secretária Shádia (Fraxe) e toda a sua equipe estão fazendo um trabalho excepcional na nossa cidade. Estão salvando vidas e vamos avançar ainda mais com essas grandes unidades. Vamos ter uma saúde ainda melhor para a nossa população", enfatizou Almeida.

TCE revoga medida cautelar e mantém provas da Polícia Militar

Após defesa protocolada pela PMAM (Polícia Militar do Amazonas) e PGE-AM (Procuradoria Geral do Estado), o TCE-AM (Tribunal de Contas do Estado do Amazonas) revogou medida cautelar que suspendia o concurso público para a PM. Com isso, as provas estão mantidas para o próximo domingo (6).

Em sua decisão revogatória, o conselheiro Ari Jorge Moutinho disse que todos os pontos levantados no processo que embasou o pedido de suspensão do edital foram esclarecidos pela PGE e PM, e por isso, a medida cautelar seria suspensa.

Um dos pontos principais era relacionado às vagas destinadas a Pessoas com Deficiência. Conforme esclareceu a PGE, a Polícia Militar possui lei específica de ingresso, a lei nº 3.498/10, que deve ser utilizada como parâmetro.